

Plebiscito? Para Sarney é tudo, ou nada.

Ao admitir a tese dos governadores, o presidente foi mais longe: quer submeter ao povo toda a nova Constituição e não só o sistema de governo.

O presidente José Sarney continua pessoalmente empenhado em negociar uma fórmula para o futuro regime de governo e até conta com apoio de diversas lideranças partidárias para suas gestões, mas ele só concorda com a realização de um plebiscito, até 90 dias após a promulgação da nova Constituição, como propõem os governadores, se for para submeter o texto integral da futura Carta à consulta popular. Ao dar a informação, ontem, o porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, explicou que o governo não estava defendendo o plebiscito, apenas achava que se a ideia for aprovada ele não deve servir apenas para a decisão sobre regime de governo.

Já o governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, deverá comunicar ao presidente Sarney, nos próximos dias, que não poderá cumprir a promessa que fez há três meses, quando assegurou que o PMDB mineiro votaria na Constituinte a favor do presidencialismo e de um mandato de cinco anos para o atual governo. Na noite de anteontem, Cardoso quis reunir todos os 37 constituintes mineiros do partido em torno de um jantar no Palácio da Liberdade, mas lá só compareceram 20 deputados federais, divididos entre o presidencialismo defendido pelo governador e o parlamentarismo.

Tentando explicar o "fiasco" do governador, o deputado Luís Otávio Ziza Valadares, que não aceitou o convite do governador, disse que Cardoso "vai a Brasília em busca de verbas, e para conseguí-las, usa de mentiras ou fala em nome de seus desafetos sem consultá-los previamente". Para o tesoureiro do partido no Estado, ex-deputado Antonio Faria, "o governador tem um estilo autoritário, quer ser dono de Minas e por isso não consegue ser líder".

Negociações

Mais atento à reação da sua bancada, o governador Orestes Quércia, de São Paulo, pretende defender nesta sexta-feira, em Florianópolis, na reunião dos governadores, a tese da realização de um plebiscito, até 90 dias após a promulgação da nova Constituição. Ele justifica: "A Constituição pode ser promulgada estando vigente o atual estado de coisas. O presidencialismo, por exemplo. Num prazo de 90 dias, se seriam estabelecidos critérios para um regime de governo. Acho que a Constituinte tem condições de resolver esse problema".

O governador paulista, que tem promovido várias consultas nos últimos dias, recebeu ontem no Palácio dos Bandeirantes o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, quando discutiram o assunto.

Perguntado a respeito, o líder mostrou-se favorável à tese do governador. Disse ainda que está realizando uma pesquisa no âmbito do PMDB, a respeito da tendência quanto ao sistema de governo, e esclareceu que não se deve a um pedido do presidente Sarney, conforme chegou a ser comentado.

O que o presidente está interessado mesmo, de acordo com o porta-voz Frota Neto, é nas negociações com a Constituinte para modificar no futuro texto constitucional os pontos com os quais não concorda. (O próprio Sarney explicou anteontem, durante o jantar que ofereceu à cúpula do PFL no Palácio da Alvorada, que está inquieto com a eventual implantação do regime parlamentarista, com a nova distribuição de rendas públicas e a tributação dos minérios a serem exportados. Ele prometeu, ainda, determinar aos ministros filiados ao PMDB a adoção de postura favorável à Aliança Democrática, até a promulgação da nova Constituição.)

Ainda segundo o porta-voz da Presidência, o presidente Sarney acha que as negociações estão evoluindo positivamente, pois existe espaço para isso. Apesar de reconhecer que em política os prazos são muito rígidos, o presidente, de acordo com Frota Neto, não está interessado na alteração do cronograma da Constituinte para permitir mais tempo às negociações.

Ontem, o presidente Sarney continuou as negociações, tendo recebido o senador Virgílio Távora (PDS-CE) e o presidente do PFL, senador Marco Maciel, antes de ir ao Palácio do Planalto. O senador José Richa (PMDB-PR) e o deputado Prisco Viana (PMDB-BA) também estiveram entre os contatos mantidos pelo presidente.

Ainda ontem, depois da audiência com o presidente, Marco Maciel afirmou que o debate sobre o sistema de governo deve perder o "tom emocional e conjuntural" que está ocorrendo agora. Ele não poupou críticas nem ao presidente Sarney, admitindo que ele também está contribuindo para essa "emocionalidade".

"Concordo que o presidente cometeu um erro quando colocou em discussão o seu mandato, que não estava em discussão. Agora, o que nós constituintes não podemos é incorrer no mesmo erro, aceitando esse tipo de discussão." O senador fez essas declarações na ante-sala do gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a quem foi pedir a dilatação do prazo de apresentação de emendas ao substitutivo do deputado Bernardo Cabral, que se encerra oficialmente hoje, à meia-noite.

Ulysses, que recebeu pedido idêntico do líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, deverá anunciar hoje o adiamento do prazo de apresentação de emendas para, no mínimo, até a próxima terça-feira, segundo seus assessores.

As novas fórmulas

Enquanto não se chega a um consenso para o texto do sistema de governo, as lideranças parlamentares continuam apresentando propostas. Eis algumas:

Presidencialismo misto (ou parlamentarismo mitigado) — poderá ser adotado um ano antes da posse prevista do sucessor de Sarney. De 15 de março de 1989 a 15 de março de 1990 seria o tempo necessário para ajustar as linhas do novo sistema de governo. Esta é uma das principais fórmulas em exame, dentro e fora do Congresso, pelas lideranças de vários partidos, com o objetivo de preservar a autoridade do presidente Sarney, garantir as eleições diretas no sistema misto e assegurar as eleições presidenciais a 15 de novembro de 1989.

Presidencialismo com Congresso fortalecido — o grupo do líder Carlos Sant'Anna negocia essa proposta em que o presidente da República é o chefe do governo e o comandante supremo das Forças Armadas. As prerrogativas de demitir e de administrar, contudo, seriam divididas com o Congresso, que terá maiores poderes e o restabelecimento pleno de todas as suas prerrogativas.

Parlamentarista — apresentada ontem pelo deputado Eydio Ferreira Lima (PMDB-PE), a proposta prevê que o presidente "será um homem com poderes amplos, acima das instituições, capaz de constituir e desconstituir governos". Para a surpresa do deputado, o presidente não foi avesso à proposta, e, ao contrário, pediu-lhe para transmitir aos parlamentaristas que sua preocupação maior reside no ordenamento institucional do País, seja qual for o regime de governo em vigor.



Dalmo Dallari defendendo a participação popular

Sobre a reforma agrária e a criação de um tribunal constitucional não houve acordo. Mas os grupos suprapartidários liderados pelo senador José Richa e deputado Euclides Scalco conseguiram chegar, ontem, a um consenso, para apresentação de emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, nos itens referentes a comunicações, questões urbanas; saúde; ordem econômica; sistema financeiro; anistia; reserva de mercado; meio ambiente; e sistema tributário.

As emendas serão redigidas hoje, para apresentação em conjunto. Quanto ao regime de governo, embora não tenha havido consenso, a maioria é parlamentarista, e propõe emendas ampliando as atribuições do presidente da República nesse regime, entre elas a de presidir o conselho de ministros em caráter excepcional, e a possibilidade de destituir o primeiro-ministro, também em circunstâncias excepcionais. Além disso, o presidente também poderá indicar o primeiro-ministro por três vezes, para tentar a aprovação da Câmara; só depois disso é que poderá dissolver o Parlamento.

Por emenda do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), o Supremo Tribunal Federal passará a funcionar também como corte constitucional, enquanto a função das Forças Armadas será mantida nos termos do "Projeto Hércules", o mesmo acontecendo com a anistia. Segundo Euclides Scalco, em quase todos os casos de emendas as mudanças acabaram atingindo mais a forma do que o conteúdo.

No item saúde será mantida a aposentadoria os 65 anos de idade, independente-

Grupo do consenso reduz pontos polêmicos

mente de contribuições e tempo de serviço; e ficam os estados e municípios também como contribuintes do orçamento nacional da saúde, que, pela versão do relator, seria formado apenas por verbas da União.

Fica mantido o índice de 18% dos recursos do orçamento da União, para investimentos em educação. E na parte tributária a intenção do "grupo do consenso" era manter praticamente inalterada a versão de Cabral, apesar do apelo do ministro da Fazenda, Bresser Pereira. É possível que o grupo aceite apenas a sugestão para manter a facultade de o governo criar empréstimos compulsórios — que pelo projeto de Cabral só são permitidos em casos de calamidade pública.

Emendas populares

Enquanto os dois grupos realizavam seus debates no Instituto Israel Pinheiro, no plenário da Comissão de Sistematização debatiam-se emendas populares referentes a divisões territoriais (Bahia, Paraná, Goiás...); reinstauração da monarquia; e autorização de "curas espirituais não remunera-



Boltoni defendendo a monarquia

radas", esta defendida pelos espíritas. Tudo isso recheado por um discurso do jurista Dalmo de Abreu Dallari, para quem a participação popular no processo legislativo é "uma garantia de democracia e de justiça para a conquista da paz".

"Trabalhando junto com o povo" — disse Dallari — "o Parlamento terá no povo o seu primeiro defensor". Dallari acrescentou que "a história julgará esta Assembleia Constituinte e, nesse julgamento, será decisivo o conteúdo modernizador, tímido ou passadista, que a Constituição abrigar".

Pela monarquia, ocupou a tribuna um estudante gaúcho de 18 anos, Fernando Boltoni, da Faculdade de Direito da PUC-RS, defendendo emenda com 44.632 assinaturas, propondo um plebiscito, em 15 de novembro de 1993, para que o povo decida: ou pela monarquia parlamentar, ou pela república presidencial ou pela república parlamentar.

O ideal, afirmou Boltoni, seria a monarquia parlamentar, segundo ele uma espécie de "seguro antigolpe". E apresentou um argumento que considera "histórico" para a realização do plebiscito: "É uma dívida da República para com a Nação. Este plebiscito foi prometido no decreto de proclamação pelo governo que, sabendo-se golpista e portanto ilegítimo, se dizia provisório". Mas, ressaltou, o plebiscito nunca se realizou e em todas as Constituições, segundo ele, sempre havia um dispositivo proibindo emendas que abolissem a República.

Quanto às divisões territoriais, apenas a criação do Estado de Tocantins, em Goiás, conseguiu a simpatia do plenário.

O ministro diz o que quer para os militares

Ao comparecer ontem à Escola Superior de Guerra, para proferir uma palestra, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, procurou evitar contato com os jornalistas e nada quis declarar sobre o anteprojeto da Constituição, para que suas palavras não viessem a ser interpretadas como "uma tentativa de pressionar os constituintes".

Mas o general iniciou a palestra falando das atribuições que pretende sejam preservadas pela nova Carta — justamente aquelas que situam as Forças Armadas como "instituições nacionais permanentes, baseadas na hierarquia e na disciplina, responsáveis pela

garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem".

Na verdade, até o dia 20 próximo, quando será apresentado o texto final do anteprojeto de Cabral com as emendas acolhidas, cerca de 20 assessores parlamentares do Exército, Marinha e Aeronáutica, além do EMFA e dos próprios titulares das Pastas, estarão empenhados em assegurar a missão das Forças Armadas — o que significa subordinação tão-somente ao presidente da República, jamais ao Legislativo, Executivo e Judiciário, como pretendem os constituintes.

Como existem outros pontos cruciais a serem debatidos pe-

los militares, as três Forças centrarão suas discussões na tentativa de modificar esse artigo 192 do atual texto. "Ainda há muito prazo para que os ministros militares e seus assessores trabalhem pela retomada do papel constitucional vigente na Constituição de 1967, mudado no substitutivo de Cabral", ponderou ontem um general. E ele garantiu também que, na área militar, não se esboça qualquer possibilidade de crise devido às duras palavras do general Leônidas aos constituintes. "Não há crise militar, longe disso", atestou.

Embora a fala de Leônidas ainda continue repercutindo na área militar, muitos assessores

ministeriais afirmam que, em momento algum, o general teve a intenção de atacar a figura do relator Bernardo Cabral. "Ao falar na reunião do Palácio do Planalto, o ministro Leônidas cumpriu o dever de deixar clara a posição da instituição que representa", defendeu outro general.

E, para constatar que tem um bom diálogo com os parlamentares, o general Leônidas vem destacando suas tardes de fim de semana para essas conversas. O último domingo, ele passou em companhia do senador José Richa (PMDB-PR), em sua residência, no setor militar urbano de Brasília.

Tributos: a União briga pela fatia maior do bolo.

Os municipalistas, que já estavam descontentes com a fórmula encontrada pela Constituinte para dividir o bolo tributário, agora estão revoltados com o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, que quer alterar as regras do jogo alegando que a União não terá como arcar com a nova partilha. "O que está preocupando o governo não é só o fato de tirar receita da União sem transferir encargos aos estados e municípios, junto com esses recursos", justificou ontem o porta-voz do Planalto, Frota Neto. "O que preocupa é a criação de novos encargos para o governo federal."

Para tratar do problema, a direção da Frente Municipalista seguiu ontem para Brasília com 40 emendas ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral. O objetivo é aumentar a participação dos municípios na receita tributária. "Nós pretendemos bem mais que os 30% na arrecadação das prefeituras", disse ontem o coordenador da Frente Municipalista, Claudio Gianini. Mesmo reconhecendo que o projeto de Cabral já representa um avanço, Gianini propõe uma mobilização nacional para conseguir mais: "Nosso esforço é no sentido de descentralizar a administração, de democratizá-la. E para que a Nação venha a se democratizar efetivamente, é necessário que o poder local seja fortalecido com mais recursos e mais encargos".

Para conseguir isso, os municipalistas terão de enfrentar os argumentos do governo federal. "A União terá um aumento de 110% em seus gastos, se for aprovada a proposta de Cabral. E isso sem computar a parte da receita que seria retirada", advertiu o porta-voz do Planalto, embora admitindo que o governo não tem proposta fechada sobre o assunto. "Mas se a futura Carta criar novos encargos para a União, terá que identificar de onde virão os recursos. Do jeito que está no projeto, a situação fica inviável para a União."

Reforma Agrária

Outro problema enfrentado pelos constituintes é a reforma agrária, cuja proposta incluída no substitutivo de Cabral não está agradando integralmente o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado José Serra, ambos do PMDB paulista. Nesses comentários, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, encontrou subsídios ontem para se convencer de que a proposta não prevalecerá na Comissão de Sistematização.

Caiado acredita que o princípio da imissão de posse para as terras desapropriadas deverá continuar, mas com a possibilidade de defesa dos proprietários na Justiça. "Existe quase um consenso sobre a incoerência e o autoritarismo da imissão de posse como esta no substitutivo", comentou Caiado. Que acredita ainda que o grupo moderado tenha ampla maioria na Sistematização para derrubar a "tese dos esquerdistas".

De fato, em reunião informal com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, Fernando Henrique e José Serra comentaram ontem com outros peemedebistas que a fórmula da imissão de posse imediata, prevista no substitutivo, "é uma violência". Exatamente por isso, Caiado se animou a estudar algumas alternativas ao projeto de Cabral — entre elas, uma do deputado José Lins.

Para auxiliá-lo, Caiado conta também com o deputado Cardoso Alves, que rejeita a tese da desapropriação parcial das terras. "Em terra que produz ninguém mete a mão", repete ele.

Lula diz o que Ulysses esqueceu

Embora inscrito para falar também em defesa da emenda popular das "diretas já", da qual foi um dos promotores, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não compareceu ontem à reunião da Comissão de Sistematização e, com isso, não precisou ouvir as acusações que o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, fez ao seu partido.

Mário Covas adiou o discurso para sexta-feira, mas seu vice-líder, deputado Miro Teixeira (RJ), pediu um aparte a Lula e concordou com as críticas. "Lamentavelmente — disse —, para decepção nossa, alguns segmentos da classe política que estiveram, em 1984, nos palanques da campanha das diretas já, enganaram o povo. Lamentavelmente, mudaram. Mudaram mesmo". Afirmou não concordar, por exemplo, com o ministro Bresser Pereira quando diz que o programa do PMDB deve ser alterado porque agora o PMDB está no poder.

Lula começou seu discurso de improviso. Mas em seguida passou à leitura de um longo documento, que assinalava que o País percorrido pela 16ª vez e todos os seus problemas haviam sido vistos. A seguir, o documento relatava um elenco desses problemas. Quando parou a leitura, Lula explicou:

"O que acabei de ler não foi um discurso meu. Foi um discurso do presidente desta Constituinte, Ulysses Guimarães, feito em 24 de abril de 1984. Se agora ele não vê mais esses problemas não é porque deixaram de existir, mas porque está encastelado no poder, passou a ser o grande monarca deste país. Não vai mais às ruas."

Prosseguindo, o líder do PT disse que o PMDB "mudou porque está vivendo das benesses do poder". São, segundo ele, 10 ou 15 mil empregos para serem distribuídos aos peemedebistas. Mas ainda manifestou esperança de que Ulysses Guimarães reveja sua posição, e pediu ao presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, que fizesse chegar ao presidente da Assembleia Nacional — "já que v. exa. tem mais oportunidade de encontrar-se com ele" — recortes de jornais referentes à campanha das "diretas já" de 84. "Quem sabe se v. exa. — disse — encontra algum tempinho, antes de dormir, para reler o que dizia."

Lula afirmou "não ser democrático" que o presidente da República queira permanecer no poder "contra a vontade da maioria da Nação". E observou que "antes era mais digno", hoje um general — fala por ele mesmo. "Hoje — acrescentou — fala pela boca do presidente da República."

Lula criticou a destinação de Cz\$ 8 bilhões para a ferrovia Norte-Sul e falou do papel das Forças Armadas: "Não são as Forças Armadas que determinam o comportamento da Constituinte. É a Constituinte que determina o papel das Forças Armadas", disse o líder do PT.